

ANÁLISE DA BUSCA E ACOMPANHAMENTO DE AMBULATÓRIO TRANS PELO SUS POR PACIENTES TRANSGÊNEROS

Ana Beatriz Conejo (PIC/UEM), Eliane Rose Maio (Orientadora). E-mail: ermaio@uem.br

Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Educação,
Maringá, PR.

Educação/Ensino-Aprendizagem.

Palavras-chave: Pessoas Transgênero; Acesso à Saúde; Sistema Único de Saúde; Qualidade do Atendimento.

RESUMO

Este estudo objetivou analisar, sob a perspectiva de usuários, o processo de busca, acolhimento e acompanhamento em um Ambulatório Trans do Sistema Único de Saúde (SUS) em Maringá-PR. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com 10 usuários do serviço, recrutados pela técnica Bola de Neve. Os dados foram submetidos à análise de conteúdo. Os resultados indicam que o serviço é percebido como essencial e transformador, com grande impacto positivo na qualidade de vida e autoestima dos usuários. Contudo, foram identificados desafios significativos, como longos tempos de espera, desrespeito pontual à identidade de gênero e carência de serviços complementares, especialmente suporte psicológico e acesso a cirurgias de afirmação de gênero. Conclui-se que, embora o Ambulatório seja um serviço fundamental, sua eficácia é comprometida por lacunas estruturais, reforçando a necessidade de ampliação de especialidades e capacitação profissional contínua.

INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS), fundamentado nos princípios da universalidade, integralidade e equidade, visa garantir acesso à saúde para toda a população brasileira. Contudo, grupos minoritários, como a população transgênero, enfrentam barreiras significativas no acesso e na qualidade do atendimento, marcadas por discriminação e despreparo profissional (Monteiro et al., 2019). Para responder a essa demanda, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) estabeleceu diretrizes para um cuidado humanizado (Brasil, 2013), resultando na criação de serviços especializados como os ambulatórios trans.

Esses Ambulatórios são voltados ao cuidado integral, oferecendo acompanhamento hormonal, apoio psicológico e encaminhamento para cirurgias de

afirmação de gênero (Brasil, 2013). O Ambulatório Trans de Maringá, inaugurado em 2022, insere-se neste contexto, buscando atender a uma demanda crescente na região. Diante disso, o objetivo deste trabalho é analisar, sob a perspectiva dos usuários, o processo de busca, acolhimento e acompanhamento neste serviço, investigando suas experiências, os impactos em suas vidas e os desafios enfrentados, a fim de compreender a eficácia desta política pública como um direito social.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo qualitativo foi realizado com usuários do Ambulatório Trans de Maringá-PR, um serviço vinculado ao Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) da Policlínica Zona Sul. A metodologia foi estruturada em três etapas sequenciais, iniciando-se com um levantamento bibliográfico focado nos serviços recomendados para Ambulatórios Trans e nas experiências de usuários em outras localidades brasileiras, o que subsidiou a elaboração de um questionário assertivo para a fase seguinte. A segunda etapa consistiu na coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas, gravadas em áudio digital mediante permissão prévia, que exploraram cinco eixos temáticos: experiência e acesso; qualidade do atendimento; serviços oferecidos; impacto na vida pessoal; e desafios e propostas de melhoria.

Para o recrutamento dos participantes, utilizou-se a amostragem *Snowball Sampling* (Bola de Neve). Os convites para a pesquisa foram divulgados via *WhatsApp* em grupos da comunidade trans para alcançar o público-alvo. Dos 14 indivíduos contactados, 10 concederam as entrevistas. A participação foi voluntária e condicionada à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo a pesquisa aprovada pelo Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (COPEP) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), sob o número CAE: 81461424.0.0000.0104.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das entrevistas com usuários do Ambulatório Trans do SUS em Maringá-PR revela uma percepção ambivalente: o serviço é amplamente reconhecido como essencial e transformador, mas sua eficácia é limitada por desafios estruturais e operacionais significativos. O principal aspecto positivo destacado é o impacto profundo na qualidade de vida e bem-estar dos usuários. O acesso gratuito e seguro à hormonioterapia e ao acompanhamento endocrinológico é visto como um divisor de águas, proporcionando segurança, redução da disforia, fortalecimento da autoestima e melhora na saúde física e mental. Para muitos, o serviço "salva vidas", sendo a única alternativa viável frente aos altos custos da rede privada. Como resultado, a recomendação do Ambulatório é praticamente unânime entre os entrevistados, apesar das falhas apontadas.

Contudo, emergem críticas consistentes que apontam para a insuficiência do serviço em prover um cuidado integral. As barreiras mais recorrentes são:

1) Dificuldades de Acesso

O tempo de espera excessivamente longo para a primeira consulta foi a dificuldade mais citada, levando alguns usuários a iniciarem o tratamento por conta própria. A limitação do atendimento a residentes de Maringá e a falta de divulgação institucional também foram apontadas como obstáculos.

2) Limitação dos Serviços

Há uma lacuna expressiva na oferta de especialidades. A carência de suporte psicológico, com filas de espera superiores a dois anos, e a ausência de ginecologistas, proctologistas e nutricionistas capacitados foram fortemente mencionadas. A inexistência de acesso a cirurgias de afirmação de gênero, como mastectomia e histerectomia, é uma frustração central. Essa limitação reflete um desafio nacional, visto que, segundo Arze (2023), apenas cinco hospitais universitários são habilitados para tais procedimentos no Brasil.

3) Qualidade do Atendimento

Embora alguns profissionais, especialmente a endocrinologista, sejam elogiados pela postura acolhedora, persistem falhas na conduta da equipe. Relatos de erros no uso de pronomes e desrespeito ao nome social foram frequentes, principalmente por parte da equipe de enfermagem e da farmácia. Conforme apontam Monteiro e Brigeiro (2019), o desrespeito ao nome social é uma das principais formas de discriminação nos serviços de saúde. A desinformação e a falta de preparo técnico também foram criticadas, o que corrobora a análise de Barbosa *et al.* (2024), que identificam a "falta de capacitação dos profissionais de saúde" como um desafio nacional.

Em síntese, os resultados indicam que o Ambulatório Trans de Maringá cumpre um papel fundamental, mas ainda opera de forma limitada, focando na hormonoterapia em detrimento de uma abordagem multiprofissional. As experiências dos usuários alinham-se com a literatura, que, como sintetizado por Roconet *al.* (2020), aponta a discriminação, a falta de qualificação profissional e a escassez de recursos como os principais entraves para o acesso à saúde pela população trans no Brasil. A superação desses desafios exige investimentos contínuos na ampliação de especialidades, na desburocratização do acesso e, sobretudo, na formação técnica e humanizada dos profissionais.

CONCLUSÕES

O estudo conclui que o Ambulatório Trans do SUS em Maringá-PR é um serviço essencial e transformador para a população trans e travesti da região. Sua atuação garante acesso seguro e gratuito à hormonoterapia e ao acompanhamento endocrinológico, recursos financeiramente inviáveis para a maioria na rede privada. O impacto na vida dos usuários se reflete em melhorias significativas na saúde física

e mental, redução da disforia e fortalecimento da autoestima, sendo percebido como um espaço que salva vidas e promove a autenticidade na vivência de gênero.

Entretanto, a integralidade do cuidado é comprometida por desafios estruturais e operacionais. As principais barreiras incluem o tempo de espera excessivamente longo, a limitação da oferta de especialidades – com destaque para a carência de suporte psicológico e a inexistência de acesso a cirurgias de afirmação de gênero – e a necessidade de capacitação contínua da equipe para evitar falhas no acolhimento e desrespeito à identidade de gênero.

Dessa forma, reafirma-se que, embora o serviço seja um avanço fundamental, sua consolidação depende da superação dessas lacunas. O Ambulatório se mostra não apenas um espaço de atendimento clínico, mas um instrumento de promoção de cidadania e dignidade, tornando a manutenção e expansão de suas atividades um compromisso ético e social inadiável.

REFERÊNCIAS

ARZE, Wilma Nancy. **Criação do ambulatório para atendimento à saúde das pessoas trans: um projeto de intervenção**. 2023. 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão da Saúde) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2023.

BARBOSA, Débora de Jesus *et al.* Barreiras do acesso à saúde e vulnerabilidade da população trans: uma revisão integrativa de literatura. **Revista Derecho y Salud**, v. 8, n. 9, p. 107-124, 2024. DOI: 10.37767/2591-3476(2024)07. Disponível em: [https://doi.org/10.37767/2591-3476\(2024\)07](https://doi.org/10.37767/2591-3476(2024)07). Acesso em: 12 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

MONTEIRO, Simone; BRIGEIRO, Mauro. Experiências de acesso de mulheres trans/travestis aos serviços de saúde: avanços, limites e tensões. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 4, e00111318, 2019. DOI: 10.1590/0102-311X00111318. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00111318>. Acesso em: 12 ago. 2025.

MONTEIRO, Simone; BRIGADEIRO, Mauro; BARBOSA, Regina Maria. Saúde e direitos da população trans. **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 35, n.º 4, e00047119, 2019. DOI: 10.1590/0102-311X00047119. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00047119>. Acesso em: 12 ago. 2025.

ROCON, Pablo Cardozo *et al.* Acesso à saúde pela população trans no Brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, e0023469, 2020. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00234. Acesso em: 13 ago. 2025.